

ENTREVISTA: ONILDO JOÃO MARINI – SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA ADIMB

“O futuro da exploração mineral no Brasil depende da superação de tabus anacrônicos”



Fabio Pina

Marini diz que o licenciamento ambiental é crucial nos projetos, mas que é preciso acelerar as decisões para não ficar emperrando os investimentos

Onildo João Marini é geólogo, graduado em 1963 pela Universidade do Rio Grande do Sul. Trabalhou na Petrobrás nas pesquisas de petróleo no Estado da Bahia durante dois anos até mudar-se para Brasília onde lecionou como primeiro professor do curso de Geologia da Universidade de Brasília (UnB). Ficou na capital por pouco tempo, pois em 1965 foi convidado a fazer parte da Comissão da Carta Geológica do Paraná. Foi professor também na Universidade de Rio Claro, em São Paulo, no ano de 1968. Retornou para a Unb em 1971, onde ficou até 1990. Foi professor titular, chefe de departamento e criou a pós-graduação naquela universidade. Além disso, Marini foi Diretor da Divisão de Geologia do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. E foi aí que começou a idéia de criar a Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira – ADIMB, o que aconteceu em 1994.

Nesta entrevista, Marini fala um pouco do Brasil “dos seus sonhos” e do futuro da exploração mineral no Brasil. Para ele, há muitos entraves para serem resolvidos, desde que haja muito trabalho, dedicação e agilidade.

Na sua opinião qual é o futuro da exploração mineral no Brasil?

Enquanto estivermos vivendo o *boom* no preço das *commodities* – o que tem movido os investimentos em exploração mineral no mundo todo – o Brasil também receberá sua cota nesses investimentos, participando ativamente do momento positivo da economia brasileira. Na verdade, o que gostaria que acontecesse é que mudássemos o patamar de atração de investimentos dos atuais 3% da verba global para a exploração mineral para algo na ordem de 10%. A partir daí, o País se situaria no nível da Austrália e bem abaixo do nível do Canadá na questão de atração de recursos. Aí sim, o meu sonho estaria realizado. Só não estamos lá ainda por uma série de fatores que têm dificultado a entrada de dinheiro no nosso País. Cito

como exemplo a questão do licenciamento ambiental, mas acredito que agora, com o Roberto Messias Franco como Presidente do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a situação terá um caminho positivo. Ele tem outro espírito, outro ar!

Quais medidas devem ser tomadas para que o Brasil atraia mais investimentos?

É uma série. Mas um fator que tem mais dificultado os investimentos na área mineral e que tem afastado investidores é a questão da morosidade dos licenciamentos ambientais. Esse é o primeiro ponto.

A empresa sul-africana Gold Field deu um testemunho muito interessante em um simpósio que aconteceu em Itaituba (PA). Eles

perderam mais de R\$ 20 milhões, prontos para serem aplicado naquela região. Tudo já estava acertado, a empresa tinha a concessão da área pelo Ministério de Minas e Energia, mas o IBAMA não liberou o licenciamento ambiental. Aí, passou um, dois, três anos, a empresa fechou o escritório no Brasil e foi embora trabalhar em outro país. Agora, ela está retornando. O nosso *timing* é um entrave aos investimentos. As grandes empresas têm um *timing* para liberar o orçamento a cada ano. E todos os seus gerentes – de diferentes países – se reúnem anualmente e cada um tenta *vender* o seu projeto.

O licenciamento ambiental é crucial. É um dos pontos mais críticos. É preciso acelerar as decisões para não ficarmos emperrando os projetos. Se for negar, então nega logo no início. Isso destravaria a decisão dos investimentos. Nós criaríamos a idéia de um país evoluído, onde existem normas, critérios. É preciso pensar grande e com agilidade!

Esse *boom* mineral tem prazo. Temos que aproveitá-lo, pois ninguém sabe o final do prazo. Uma coisa é certa: todos sabem que o

“NÃO TEMOS PRATICAMENTE LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DE DETALHES NO BRASIL. O CONCEITO DE MAPEAMENTO DE DETALHES ESTÁ MUITO INFLACIONADO”.

boom mineral é fruto de uma oscilação, que sobe e desce. De repente, se produz muito, o preço cai e o ritmo baixa. Hoje, estamos no topo, bem no alto. A grande discussão é a seguinte: qual será a duração deste alto?

Alguns acham que a crise americana demonstra que esse *boom* está chegando ao final e que começará a cair. Outros defendem: não é por aí não. A China e a Índia continuarão a demandar muitas *commodities* pois o consumo ainda é crescente e isso permanecerá por muitos anos. Agora, um dia, isso cai e é o que aconteceu durante séculos e séculos. Então temos que aproveitar esse alto. O momento é agora.

O sr. pode citar dois fatores que possam contribuir para a evolução do País?

Há países em que você pode investir num distrito mineiro, principalmente. Aí o país fornece informações geológicas, cartográficas, enfim, informações que facilitam a vida do pesquisador. Ou seja, ele saberá, de antemão, quando chegar à região, onde ele deve investir correndo menos riscos. Falo de estudos e levantamento de detalhes.

Não temos praticamente levantamento geológico de detalhes no Brasil. Este conceito está muito inflacionado. Fizemos um mapeamento de detalhe em 1991 na escala 1:25.000. Não conheço nenhum outro mapeamento de detalhe nessa escala.

É preciso detalhamento nas províncias mineiras. É uma forma de ter mais evidência do local de depósitos minerários. Há uma psicose muito grande no Brasil que é a seguinte: no local onde as empresas fizeram o requerimento acham que é o governo que não quer dar a informação complementar. E é exatamente o oposto do que ocorre nos países desenvolvidos. Onde a empresa requer, onde tem mais potencial, é o local em que o governo tem que contribuir com informação adicional para gerar mais atratividade e promover mais capital.

Nesse sentido, cito o estudo do potencial da província dos Tapajós. Por essa pesquisa, detectaram-se subáreas que revelam em quais locais fazer o levantamento mostrando a área "quente" para ser mineirada. Mas ninguém está fazendo o mapeamento de detalhe ainda. Só fica no regional.

"TEMOS 150 KM NA FRONTEIRA DO BRASIL CHEIOS DE RESTRIÇÕES. NÃO CONHEÇO OUTRO PAÍS QUE TENHA UMA ÁREA TÃO LARGA E COM TANTAS LIMITAÇÕES."

O resultado seria mais imediato. E o risco da empresa quando se tem uma informação mais detalhada diminui muito. Então, não se entrará numa compra de risco. Ou seja, se você tem informações boas, o risco diminui.

O que são os tabus anacrônicos que o sr. citou em seu discurso na abertura do SIMEXMIN 2008 em Ouro Preto (MG)?

Temos quantidades enormes de áreas quentes no Brasil, com um bom potencial em que, por várias razões, não temos condições de acesso. Não está ao alcance da empresa fazer um requerimento e ganhá-lo. Ou, então, ela tem condição de ganhar, mas algo posteriormente a impede de trabalhar lá. Daí pergunto: essas áreas são atuais? Cito as reservas indígenas como exemplo. Até hoje não temos uma lei regulamentando claramente como operar. Está ainda em discussão no Congresso. Dá-se um passo para frente e dois para trás. Cito também a Flona, regiões de floresta nacional, que são áreas de reserva. Neste caso, a mineração é permitida mas não se consegue autorização do Ibama. Acredito que iremos desatar esse nó com o novo Presidente do Ibama, Roberto Messias Franco. Ele pensa diferente.

Temos 150 km na fronteira com o Brasil cheio de restrições. Não conheço outro país que tenha uma área tão larga e com tantas limitações. O Governo tem como fiscalizar. Não é preciso ter tanto medo.

Outra questão é a da Reserva Nacional do Cobre, que foi criada há 24 anos e que está localizada em uma parte do Amapá e do Pará. É uma região onde teve a maior mina de manganês do País. Lá tem um porto, uma ferrovia e uma cidade fantasma no início dessa reserva. Ou seja, há toda uma infra-estrutura de transporte subutilizada. E, logo em seguida, há uma área que em tudo se assemelha ao Carajás em termos de potencial: o mesmo tipo de rocha, mesma

geodiversidade, 40 campos de aviação clandestinos conhecidos de garimpeiros de ouro. Lá tem minérios, senão garimpeiros não existiriam no local.

A CPRM (Companhia de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil) já fez estudo geofísico de detalhe e geológico, mas ninguém pode entrar lá por causa desse decreto que criaram há 24 anos que diz que naquela área só a CPRM pode fazer pesquisa. Agora a CPRM está proibida de fazer o estudo. Ela hoje é Serviço Geológico. Então é outra coisa que tem que acabar. O dia em que abrirem essa região tenha certeza que, imediatamente, uma série de empresas vão abrir as portas por lá. Aquela área é extremamente atraente em diversos pontos.

Outra questão que é um tabu é a do urânio. Temos que flexibilizar esse monopólio, inclusive para exploração, imitando com o que ocorreu com o petróleo. A maior parte dos geólogos com que você conversar tem uma mina de urânio no bolso. Eles sabem onde tem ocorrência com potencial para urânio, mas não se mexem, pois a lei proíbe. Então o dia em que abrirem será uma febre de novos depósitos.

O preço do urânio pulou de US\$ 10 para mais de US\$ 130 a libra, em cerca de dois anos. Isso é preocupante.

Se todas essas questões foram equacionadas, o Brasil chegará ao patamar dos três países dos seus sonhos, como o Canadá, Chile e Austrália?

Com certeza. Ainda assim, sou cético em termos de equacionar, pois estamos batendo nesta tecla há mais de duas décadas. E tudo permanece como está e não se consegue dar um passo.

Mas parabeno o Governo, pois o que não falta é diálogo. Eles, pelo menos, nos ouvem.